

política

Eduardo Leite anuncia pré-candidatura à presidência

Governador quer se alçar como uma terceira via a Lula e Flávio Bolsonaro

/ ELEIÇÕES 2026

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

O governador do Estado, Eduardo Leite (PSD), anunciou na sexta-feira passada sua pré-candidatura à presidência da República nas eleições de outubro deste ano. Ele deve oficializar sua renúncia do Piratini ainda neste mês.

O movimento é um desejo antigo de Leite, que destaca que este é mais um momento em que o Brasil precisa escolher “entre se render às circunstâncias ou redesenhar seu próprio destino”. O gaúcho quer se alçar como uma terceira via ao presidente Lula e o pré-candidato Flávio Bolsonaro, como já se manifestou em outros momentos.

Em sua manifestação nas redes sociais, lembra que o mundo está em constante transformação, com a inteligência artificial acelerando esse processo. “O Brasil, porém, permanece dividido, fragmentado, excessivamente concentrado em disputas ideológicas e paroquiais que não produzem solução. Enquanto outras nações formulam estratégias para 20, 30, 50 anos, nós ainda discutimos o dia seguinte”, destaca o governador do Rio Grande do Sul. “No lugar de debater nossos desafios, ficamos discutindo desafetos. Falta uma agenda clara de País”, completa.

No entanto, Leite ainda enfrenta a concorrência interna de Ronaldo Caiado, governador de Goiás, e Ratinho Júnior, governa-



DANI BARCELLOS/ESPECIAL/RS

Leite deve oficializar sua renúncia do Piratini ainda neste mês

dor do Paraná, que também integram o PSD e buscam se lançar ao cargo. A decisão deverá ser tomada por Gilberto Kassab, presidente da sigla.

Para defender seu posto, o governador gaúcho repete a agenda de seus oito anos à frente do Estado, prezando por responsabilidade fiscal, despolarização e desenvolvimento econômico. “A inflação é o imposto mais perverso, porque atinge sobretudo os mais pobres. O mundo vive transição tecnológica acelerada, mas inovação não substitui disciplina fiscal. Países que ignoraram esse princípio, da Argentina recente à crise europeia do início da década passada, enfrentaram instabilidade e perda de soberania econômica”, frisa Leite.

“Desperdiçamos o boom demográfico e não elevamos de forma consistente nossa produtividade. Não preparamos adequa-

damente nossa juventude para o mundo digital. Hoje, a disputa entre Estados Unidos e China reconfigura cadeias globais. A Europa fortalece sua autonomia estratégica. A inteligência artificial redefine trabalho, produtividade, eficiência, renda e poder econômico”, avalia, sobre uma posição retrógrada do País diante de outras nações.

Também aponta a importância de combater os benefícios do setor público, além das reformas política e administrativa e o combate permanente e institucional à corrupção e ao crime organizado. Para tanto, conforme o governador, é preciso uma “nova lógica de funcionamento institucional e político que combinem responsabilidade fiscal, metas claras, avaliações constantes de desempenho e foco consistente em educação, segurança, saúde e crescimento econômico”.

Mais da metade dos municípios do RS ignoram políticas para mulheres

/ DIREITOS HUMANOS

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE) divulgou na sexta-feira um levantamento sobre a implementação de políticas públicas para as mulheres nos municípios gaúchos. Apesar do alto índice de violência contra a mulher nos últimos anos, 53,7% das prefeituras não têm nenhuma política pública ou sequer sabem se existe alguma iniciativa para as mulheres na administração municipal.

Conforme o estudo, 38,9% das prefeituras (176 municípios) declararam não possuir políticas ou programas específicos para as mulheres. E 14,8% dos gestores municipais (67 cidades) não souberam informar se existe alguma iniciativa para esse público.

Entre os municípios que possuem iniciativas de combate à violência contra as mulheres, 20,8% dos gestores municipais afirmaram ter políticas públicas

formalizadas em pleno funcionamento. E 25,6% indicaram ter programas informais ou em fase de implementação.

Entre as ações, estão campanhas educativas sobre a Lei Maria da Penha; capacitação de servidores públicos em escolas, hospitais e forças de segurança; e a manutenção de Centros de Referência de Atendimento à Mulher (Cram) e abrigos para vítimas de violência doméstica.

Segundo a diretora de Controle e Fiscalização do TCE, Andrea Mallmann, o tribunal passará a fiscalizar as políticas contra a violência doméstica na análise das contas municipais todos os anos – o que pode gerar apontamentos para os gestores. Além disso, o órgão fiscalizador pretende orientar os prefeitos sobre como implementar políticas públicas nas suas cidades e atuar junto à Secretaria Estadual da Mulher na construção de programas voltados aos municípios. “Esse tema vai ser abordado no parecer prévio das contas anuais dos prefeitos”, projetou Andrea Mallmann.

Falta de conhecimento sobre captação de recursos é entrave

A falta de conhecimento sobre a captação de recursos para políticas públicas voltadas às mulheres é um dos principais entraves para os municípios implementarem ações contra a violência doméstica no interior do Rio Grande do Sul. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) pretende orientar os gestores municipais – principalmente, de cidades pequenas –

sobre como captar recursos para a implementação dessas políticas públicas. Segundo os técnicos do TCE, duas estratégias podem ajudar na implementação. Uma delas é a elaboração de projetos em consonância com o Plano Nacional de Segurança Pública e a outra envolve a atuação em conjunto com demais municípios, o Estado ou a União.

Famurs realiza 1º debate de 2026 com pré-candidatos



GUILHERME PEDROTTI/FAMURS/DIVULGAÇÃO/JC

Seis pré-candidatos ao Palácio Piratini participaram, na sexta-feira, do primeiro debate ao governo do Estado. O encontro foi realizado durante a Assembleia de Verão da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), em Torres, no Litoral Norte. Com duração de uma hora e meia, o debate contou com as presenças de Marcelo Maranata (PSDB), Covatti Filho (PP), Gabriel Souza (MDB), Juliana Brizola (PDT), Edgar Pretto (PT) e Luciano Zucco (PL). Eles abordaram temas como infraestrutura, saúde, educação e parceria com os municípios.

Vorcaro é transferido para presídio de segurança máxima de Marcola

/ INVESTIGAÇÃO

O ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master, foi transferido na sexta-feira para um presídio federal em Brasília de segurança máxima. Ele estava detido no presídio apelidado informalmente como ‘presídio dos famosos’ por concentrar casos de grande repercussão nacional, como o médico Roger Abdelmassih.

A penitenciária federal em Brasília é considerada a unidade de mais estratégica e segura do País. Estão ali o principal líder da facção criminosa PCC (Primei-

ro Comando da Capital), Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, e Marcos Roberto de Almeida, apontado como seu sucessor. Nicola Assisi, integrante da máfia italiana ‘Ndrangheta, também está lá. Na quinta, a Polícia Federal pediu ao ministro André Mendonça, do STF (Supremo Tribunal Federal), para que Vorcaro fosse transferido para uma penitenciária federal por, segundo a corporação, haver necessidade “premente de tutela da integridade física do custodiado”. De acordo com a PF, as peculiaridades do caso pedem cautela redobrada.